

## **A Crise da Modernidade como Crise Alimentar:**

### **Contribuições geográficas para a crítica da assim chamada “crise dos alimentos”**

*Na verdade, as contradições internas do C.M.I<sup>1</sup> não são de tal monta que ele deva inelutavelmente sucumbir a elas. Mas a sua doença talvez não seja menos letal: ela resulta do acúmulo de todas as crises laterais que ele engendra. (Alliez, E. e Guattari, F. 1988)(Grifo dos autores)*

#### **1- Introdução**

O complexo de crises de todo tipo que emergem no mundo contemporâneo, tanto nos noticiários cotidianos para o “grande público”, como também nas seletas análises acadêmicas, mais sofisticadas e profundas, têm tornado imensamente desafiadora a tarefa de compreendê-lo, ao menos sob a luz do arcabouço conceitual moderno. O que se pretende no presente artigo é tão somente uma contribuição a tal tarefa, sob um ponto de vista geográfico, o que significa um olhar que privilegia, em princípio, os aspectos espaciais e territoriais (geográficos) como expressões dos fenômenos analisados. No caso em questão, aspiramos obter uma caracterização geral da questão alimentar em meio a este contexto, ou a manifestação do mesmo no aspecto alimentar, tanto na escala mundial, como também na nacional.

Ao pol(iss)êmico e indefinido (aberto) conjunto de crises a que nos referimos, chamaremos aqui de “crise da modernidade”. Crise esta já profundamente polemizada e analisada, embora longe de esgotada, por diversos autores, entre os quais se destacam principalmente, para este trabalho, Kurz (1992), Jameson (2004), Bauman (2001, 2005, 2005b), Mezsáros (2002), Haesbaert (2002), Harvey (2004) Guattari (1988) e Soja (1993).

Dentre os múltiplos aspectos sob os quais se manifesta a crise acima mencionada, privilegiaremos, neste texto, principalmente o aspecto alimentar. Aspecto este que tem sido abordado freqüentemente nos últimos dois anos em função de uma assim denominada “crise dos alimentos”, altamente difundida, principalmente nos meios de comunicação, com a qual pretendemos polemizar, ao propor uma outra interpretação, valendo-nos da *crise alimentar* como manifestação específica da *crise da modernidade*.

O material aqui exposto trata-se de uma síntese do que de mais significativo foi encontrado até então a respeito dos temas em questão (a modernidade e o capitalismo com suas crises, e a questão alimentar), de modo que as teses tratadas apenas poderão ser contempladas em seus aspectos mais básicos e gerais, de modo a deixar ainda em perspectiva uma sistematização mais aprofundada e integrada dos resultados até aqui alcançados.

#### **2 – Capitalismo, Modernidade e Crises:**

Conforme se pode depreender da epígrafe utilizada pra introduzir a presente abordagem, o capitalismo passa atualmente por uma fase de crises generalizadas por todas as partes, e manifestadas em diversos aspectos. Não se trata de uma perspectiva isolada; há atualmente todo um conjunto de autores de tendências diversas, tanto à “esquerda” quanto à “direita” (se é que segue válida tal dualidade – ao menos em termos de políticas institucionais parece certo que não), filiadas ao marxismo ou não, que ressaltam a “crise” como característica marcante no cenário mundial contemporâneo. Trabalho, Estado, família, capital, valores, sistema financeiro, as cidades, o “meio ambiente”, o sujeito, a filosofia, a ciência, a razão, a esquerda, a própria política, enfim, praticamente todas as instituições modernas como as mencionadas encontram-se de alguma forma inseridas em algum tipo de crise, já razoavelmente discutida. É a própria modernidade, incluída a *noção de modernidade* (com todas as outras que a sustentam), que se encontra em crise.

Não é uma novidade ou uma inovação falar em crise associada à modernidade hoje em dia; há muito tempo não o é. Disto decorre toda a polêmica modernidade/pós-modernidade que permeia tantas discussões acadêmico-científicas nos

<sup>1</sup> Capitalismo Mundial Integrado, denominação utilizada pelos autores para caracterizar a atual fase crítica do capitalismo.

últimos 20 a 30 anos. Mas a própria constituição da Modernidade, tanto sob o aspecto da realidade empírico-concreta, como à medida de abstração ou conceito, aparece veiculada a aspectos de uma crise. Assim expressa-se, a este respeito, Berman (1984), em sua análise (esta sim inovadora em seu contexto) da modernidade correlacionada a um tipo de experiência comum – embora diversificada ao extremo – de tempo, de espaço, de si mesmo, dos outros e da vida:

Ser moderno (...) é experimentar a existência pessoal e social como um torvelinho, ver ao mundo e a si próprio em perpétua desintegração e renovação, agitação e angústia, ambigüidade e contradição: é ser parte de um universo em que tudo que é sólido desmancha no ar. Ser um modernista é sentir-se de alguma forma em casa em meio a um redemoinho, fazer seu o ritmo dele, movimentar-se em suas correntes em busca de novas formas de realidade, beleza, liberdade, justiça, permitidas pelo seu fluxo ardoroso e arriscado. (BERMAN, 1984, p. 391)

A experiência moderna a que Berman faz referência é nutrida por diversos aspectos e dinâmicas já largamente estudadas, como a quantificação e distinção entre tempo e espaço (WALDMAN, 1994), o embate entre correntes de pensamento racionalista e irracionais, abastecendo conceitualmente a dualidade razão (instrumental)/emoção (GOMES, 1996), a constituição essencialmente etnocida dos Estados Nacionais (CLASTRES, s/d), entre outros. A modernidade não deve ser identificada simples e unilateralmente com o capitalismo, *em si* (WOODS, 2001)<sup>2</sup>, mas é evidente que mantém com este um entrelaçamento complexo, seja no âmbito econômico-produtivo (e também, por essência, destrutivo - algo que parece escapar à análise excessivamente positiva de Berman) da constituição de um sistema econômico mundial complexo e integrado; seja no âmbito sócio-cultural e subjetivo da constituição do sujeito-indivíduo moderno. Em realidade, ambos se realizam a um só tempo-espaço:

O dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce dessa economia aniquila tudo aquilo que cria – ambientes físicos, instituições sociais, idéias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infundavelmente criando o mundo de outra forma. (BERMAN, 1984, p. 323)

Se a modernidade não pode ser simplesmente reduzida ao capitalismo, é certo que atualmente podemos dizer que ambos os conceitos coincidem empiricamente: toda a modernidade hoje é capitalista, e vice-versa. Assim sendo, a dinamicidade presente nas crises constituintes da experiência moderna encontra-se atualmente subordinada às crises cíclicas do próprio capitalismo, ou, mais especificamente, da economia capitalista, estas já amplamente conhecidas desde, pelo menos, os clássicos ciclos de Congratiev.

(...) não há nada demais em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas freqüentemente sonhem com (ou ainda, reivindicuem) exatamente isso. (MESZÁROS, 2002, p. 795, grifos do autor).

Portanto, se a constatação de crises é recorrente, tanto entre os teóricos do capitalismo quanto entre os da modernidade, o que temos atualmente é a ocorrência de uma nova crise, com características bem específicas e questionáveis – polêmicas devido à sua complexidade e proximidade empírica.

## **2.1 – A Modernidade em Crise e a Crise Estrutural do Capital:**

Falar em modernidade atualmente, tema muito polêmico ao qual os geógrafos apenas recentemente têm mostrado interesse específico (SPÓSITO, 2004,

<sup>2</sup> Abrangendo também tanto formas de sociabilidade transitórias, pré-capitalistas, ou mesmo não-capitalistas (falidas – o que não significa necessariamente fracassadas) como as “socialistas”, que nada mais seriam que um Capitalismo de Estado para uns (ALLIEZ, E. e Guattari, F. 1988, e KURZ, R. 1992), ou uma forma pós-capitalista de acumulação de capital, não rompendo essencialmente com este, portanto, para outros (MESZÁROS, 2002).

HAESBAERT, 2002), tem se tornado uma tarefa tão complexa, em função das múltiplas tendências e abordagens que têm se destacado neste campo, que por vezes as dúvidas e questões em aberto parecem superar as certezas e aspectos cuja teorização encontra-se já em patamar avançado de análise, conceituação e atribuição de importância. É certo que alguns “paradigmas” se destacam em meio a este polêmico contexto, como, principalmente, a dualidade modernidade / pós-modernidade e os dilemas que a acompanham, tais quais as intrigas epistemológicas entre racionalismo(s) e irracionalismo(s), ou aspectos polêmicos que entram em franca crise e reestruturação, como a flexibilização do trabalho (ou seu complemento, o chamado “desemprego estrutural”), a questão ambiental, os ditos “novos movimentos sociais”, o consumismo absolutamente fora de controle atualmente, ou o crescente papel da mídia enquanto meio de formação e difusão prevalecente de opinião e informação (a um só tempo), evocando a visualização de um espectro de espetacularização da sociedade, da política e da própria assim chamada “democracia”. “Em suma, todos os que falam de pós-modernidade constataam que o mundo de hoje atravessa uma grave crise. Podemos ainda falar de modernidade quando todas as certezas da velha modernidade desabaram (...)?” (BENKO, s/d, p. 96)

O advento de questionamentos acerca da “verdadeira identidade” de nossa época e as propostas de “fim da modernidade” que daí resultam, bem como as especulações sobre o início de uma nova era “pós-moderna”, são indícios de uma crise moderna e sinais de que a proximidade em que esta se encontra para seus contemporâneos, que a vivenciam, é suficientemente complexa para não deixar espaço a uma visualização completa e definitiva da mesma. É por isso que procuramos aqui contribuir na superação desta dicotomia, alinhando-se na perspectiva daqueles autores “que incluem o ‘pós’-moderno na multiplicidade do ‘moderno’” (HAESBAERT, 2002, p. 40), posicionando-se, portanto, não em favor de uma concepção de modernidade enquanto “conjunto de pensamento/ações ordenativos, domínio irrestrito da racionalidade disciplinadora” (instrumental) e de pós-modernidade enquanto sua ruptura, o “‘fazer/devir’ social, abertura intuitiva para o novo”; mas sim no sentido de conceber a modernidade

(...)como essencialmente crítica (convivendo permanentemente com a “crise”) mutável, instauradora de um nova ordem mas ao mesmo tempo aberta para o novo, o indeterminado, inserindo aí as próprias posições ditas ‘pós-modernas’ (...) como reveladoras de um novo período de crise e reavaliação. (HAESBAERT, 2002, p. 39)

Soja (2000) procede de maneira semelhante ao conceber a reafirmação do espaço na teorização social crítica contemporânea como um dos traços marcantes da “quarta modernização do capitalismo”, que ele denomina pós-modernidade, não sendo uma ruptura em relação ao moderno, mas justamente como “outra reestruturação ampla e profunda da modernidade” (SOJA, 2000, p. 12), aproximando-se assim, também das análises de Harvey (2004), e Jameson (2004), autores que ele enquadra entre os “geógrafos pós-modernos”. Para este último, o reconhecimento de originalidade na cultura pós-moderna significa “afirmar implicitamente uma diferença estrutural radical entre o que é às vezes chamado de sociedade de consumo e momentos anteriores do capitalismo do qual ela emergiu” (JAMESON, 2004, p. 31).

Jameson faz um paralelo entre as crises do marxismo e do capitalismo no final do século XIX, equiparando estas à atual fase da modernidade: “A esse momento do passado, que se considera convencionalmente como tendo testemunhado o advento da modernidade em seu sentido mais claro e estrito, corresponde o momento de nossa atualidade que parece para muitos representar o fim do moderno em nossa época.” (JAMESON, 2004, p. 80). Ainda que com uma periodização do capitalismo visivelmente distinta daquela utilizada por Soja, o autor aproxima-se deste ao colocar a “pós-modernidade” enquanto “estágio do capitalismo”, e sua análise revela convergências com aquelas aqui tratadas:

A expansão nesse terceiro estágio ou estágio pós-moderno do capitalismo não assumiu as formas mais antigas e brutais de exploração geográfica e reivindicações territoriais, mas sim a saturação por mercadorias e a extraordinária simultaneidade informacional pós-geográfica e pós-espacial que tece uma teia bem mais fina, minuciosa e penetrante do que qualquer coisa imaginável com as velhas sinalizações de rota do cabo e do jornal, ou até mesmo do avião e do rádio. (JAMESON, 2004, p. 81).

Reconhecendo também no consumo e no consumismo um fator identitário primordial no presente momento de dilema moderno, Zygmunt Bauman oferece uma diversificada análise da crise em *Modernidade Líquida* (2001). Para ele, a velocidade, transitoriedade, instabilidade, o risco e falta de garantias, a incerteza e a insegurança, além da crise da política (o fim da política enquanto tal) devido à crise do espaço público, ou o seu esvaziamento e sua privatização, também constituem traços marcantes da contemporaneidade, em todos os seus pilares básicos. Sua análise sociológica, embora proclame de maneira pouco fundamentada o “fim do espaço”, revela uma profícua preocupação com aspectos espaciais que enriquecem a perspectiva geográfica sobre sua análise. Sua preocupação básica volta-se aos aspectos mais sensíveis, ligados à vida, à subjetividade e ao cotidiano na modernidade em crise, com uma singular riqueza metafórica, de modo a explorar minuciosamente muitas das angústias compartilhadas pelos viventes desta etapa, como as acima mencionadas. Neste sentido, sua análise pode ser vista como uma possível retomada do projeto explorado por Lefebvre no final dos anos 1960 em *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno* (1991), a despeito das diferenças entre as perspectivas dos dois autores.

Em *Vidas Desperdiçadas* (2005) o autor direciona sua análise da modernidade, especialmente em sua atual fase “líquida” ou “leve” (em contraposição à “sólida” e “pesada”, da fase anterior geralmente associada à lógica fordista de produção estendida a praticamente todos os aspectos da vida social), para a sombria produção de lixo, em vários sentidos, passando pelo cultural, industrial, e, cada vez mais, lixo humano: seres “redundantes”, “excessivos” e “dispensáveis”. “A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugio e de sua remoção” (BAUMAN, 2005, p. 120). Para ele, “A produção de ‘refugio humano’, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (...) é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um efeito inescapável da construção da ordem (...) e do progresso econômico.” (Idem, p. 12). Trata-se da “produção de corpos supérfluos, não mais exigidos para o trabalho” (Idem, p. 55). Enxergando na sociedade líquido-moderna a esquizofrenicamente autodestrutiva metáfora de uma “cobra comendo o próprio rabo” (Idem, p. 89), o autor constata, amargurado:

O aspecto crucial é que, enquanto tudo isso acontece à nossa porta, não podemos honestamente dizer o que nós, usando nossas ferramentas e recursos domésticos, podemos fazer para evitar a ruína. Não se trata mais de um soluço temporário, de uma desaceleração subsequente a um superaquecimento da economia que precede um outro boom, de uma irritação momentânea que irá embora e “se tornará parte da história”, quando lidarmos com impostos, subsídios, pensões e incentivos, estimulando outra “recuperação conduzida pelo consumo”. As raízes do problema, ao que parece, se afastaram para além do nosso alcance. E seus aglomerados mais densos e espessos não podem ser encontrados em nenhum mapa de levantamento topográfico. (BAUMAN, 2005, p. 26).

Portanto, é certo que a modernidade assume atualmente características suficientemente distintas de outros períodos, ou “ciclos de modernização”, para merecer uma teorização própria, muito embora possamos concluir, junto com Harvey, que “(...) há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernista. Parece-me mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro (...)” (HARVEY, 2004, p. 111). Crise esta que atinge múltiplos aspectos da vida cotidiana, institucional e da economia modernas, com penetração capilar (reticular) na sociabilidade e geograficidade contemporâneas. Assim, da mesma forma como pode ser

percebida nos domínios mais íntimos, parciais e particulares da modernidade – como fazem autores como Bauman, Berman, entre outros – também manifesta-se de maneira macro nos seus aspectos mais “amplos” e “universais” – como o próprio capital, este último, sendo o aspecto provavelmente mais “totalizante” e “totalizador” da modernidade. Destacam-se a este respeito as consistentes (cada qual com suas especificidades bem definidas) análises tecidas pelo alemão Robert Kurz (1992), e pelo húngaro Istvan Mészáros (2002).

Em suma, a tese aqui contemplada propõe o fim das crises cíclicas para a predominância de uma crise estrutural do capital, permanente e *possivelmente* fatal (*absolutamente* fatal para os elaboradores mais destacados desta tese). Conforme sintetiza Mészáros, “Das ‘grandes tempestades’ a um continuum de Depressão: administração da crise e auto-reprodução destrutiva do capital”.<sup>3</sup> Se não é fácil aceitar a idéia de uma crise estrutural geral do capitalismo, vale registrar a ampla aceitação da idéia e do conceito de *desemprego estrutural*, que não deixa de ser um dos pilares capitais daquela. Para este último autor:

(...) os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma *trava* ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade. Em outro sentido, os limites do capital podem se voltar contra ele, como mecanismo controlador todo-poderoso do sociometabolismo, não quando seus interesses vierem a colidir com o interesse social geral de aumentar as forças da produção genuína – o primeiro impacto de tal colisão pôde ser sentido, de fato, há muito tempo -, mas somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua *auto-reprodução destrutiva*, causando assim o colapso do sociometabolismo global. (MÉSZÁROS, 2002, p. 699, grifos do autor).

Do ponto de vista eminentemente político-econômico adotado por este autor no trato do tema “crise”, as principais especificidades históricas que ela contém são: seu caráter universal; seu alcance global; sua escala de tempo extensa, contínua, ou permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; e o modo rastejante pelo qual ela se desdobra (Idem, p. 796). A tese defendida pelo autor é bastante extensa e complexa e poderá ser contemplada aqui apenas em termos básicos, a começar pela sua própria definição de capital como sistema de controle *sociometabólico* que exige, para sua sobrevivência, constante expansão e intensificação, sendo dotado de uma *incontrolabilidade* inerente, na realização de sua auto-reprodução destrutiva. Produção e destruição, ou produção destrutiva, são aspectos essenciais, na realidade pares dialéticos, da constituição da modernidade aprimorados ao extremo e indefinidamente pela economia capitalista.

É pela crítica da modernização que Robert Kurz (1992) estrutura sua inusitada análise da crise do que denomina “sistema produtor de mercadorias”, apontando audaciosamente para o fim caótico do capitalismo através do “colapso da modernização”. Sua tese aproxima-se à de Mészáros em diversos aspectos – a começar pelos conceitos “sistema mundial produtor de mercadorias” e “sistema de controle sociometabólico do capital”.

Num recente artigo direcionado ao grande público, Kurz afirma que: “O capitalismo é apenas a acumulação autotélica de dinheiro, cuja ‘substância’ consiste no uso crescentemente ampliado da mão de obra humana. Ao mesmo tempo, a concorrência conduz a um aumento da produtividade, que torna a mão de obra obsoleta, em escala também crescente” (KURZ, 2008, p. 06). Ter sua mão de obra declarada obsoleta pelo sistema produtor de mercadorias significa engrossar as já extensas e majoritárias fileiras de “sujeitos dinheiro-sem-dinheiro”, seres desajustados, forçado a “viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta” (KURZ, 1992, p. 182), o que traz sérios problemas estruturais já que, enquanto consumidores, diminuem a *capacidade aquisitiva* global, esta que “pode apenas nascer da exploração em empresas de força de trabalho humana, realizada no nível mundial de produtividade” (Idem, p. 156), sendo este último o mais notável efeito da

<sup>3</sup> Título utilizado pelo autor para o sub-capítulo 16.3 de seu livro “Para Além do Capital” (2002).

crescente competitividade global, devido à qual, tanto em países pobres como nos “avançados”, “(...) regiões inteiras estão ‘caindo fora’, morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais, e já não podem levantar capital monetário para continuar na corrida da produtividade”(Idem, p. 194). Do ponto de vista da mão de obra ”O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a aprovada exploração capitalista de seu trabalho produtivo (...), mas, ao contrário, a ausência dessa exploração” (Idem, p. 181).

A constante expansão destrutiva do capital ao redor do globo se deu de maneira progressiva, embora repleta de “tropeços” (as crises cíclicas), durante toda sua ascensão histórico-geográfica, até atingir “os quatro cantos do planeta”. A partir de então, a expansão da mais-valia global, ou seja, a necessária difusão da exploração da mão de obra e dos recursos naturais, não mais pode se dar pela agregação de novas populações (força de trabalho) e áreas (recursos naturais), pois já se encontram praticamente (virtualmente) todas de alguma forma agregadas, com algumas exceções ou resquícios remanescentes. Tal expansão econômica deve se dar, portanto, não mais pela agregação de novas áreas e populações, mas através da intensificação e maximização da exploração da mão de obra já “agregada”, e das áreas idem.

De maneira análoga às crises econômicas, e simplificando ao extremo para fins didáticos, o desemprego não só deixa de ser cíclico, passando a ser também ele permanente, mas seu próprio aumento crônico passa a sê-lo.

Enquanto as contradições e os antagonismos internos do sistema puderam ser geridos por “*deslocamentos expansionistas*”, os níveis de piora periódica do desemprego podiam ser considerados estritamente temporários, a serem superados no devido tempo, (...) gerando a ilusão de que o sistema “natural” de reprodução sociometabólica nada teria a temer porque seus ajustes mais cedo ou mais tarde seriam sempre executados com sucesso pelas “leis naturais”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 332)

No entanto, a contradição entre: a tendência do capital em expandir progressivamente a produção e acumulação, exigindo uma exploração cada vez mais ampla de mão de obra e dos recursos naturais; e a tendência a diminuir ao máximo possível a quantidade de trabalho necessária para a produção de produtos tanto materiais como imateriais, diminuindo a demanda por trabalho humano e transformando, portanto boa parte da população trabalhadora em mão de obra supérflua. O que acaba por intensificar assim a exploração da mão de obra que “consegue” ter a “sorte” de poder ser explorada, e relegando à miséria e dependência assistencial uma proporção crescente de “inúteis” abandonados à própria sorte, ou à caridade esporádica de instituições filantrópicas<sup>4</sup>. Assim, há:

(...) grandes massas de pessoas – em praticamente todos os campos de atividade – que continuam a ser impiedosamente expulsas do processo de trabalho e consideradas “redundantes” pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como *consumidoras* que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 321-322).

Assim temos “o apetite *sempre crescente* do capital por ‘consumidores de massa’ enquanto, de outro, a sua necessidade *sempre decrescente* de trabalho vivo” (Idem, p. 673). Por isso, a exigência sempre crescente de exploração de mão-de-obra – que anteriormente podia ser amenizada em alguns poucos países com concessões consideravelmente atrativas aos trabalhadores, às custas da maximização da exploração em padrões anteriormente europeus nos países colonizados – tende a maximizar a exploração de uma parcela decrescente do trabalho vivo socialmente disponível, atacando assim, até mesmo nos países “desenvolvidos”, antigas e custosas conquistas sociais, no sentido de manter as

<sup>4</sup> Aqui, para fins dessa análise, não se considera o fator solidariedade entre os grupos e internamente a eles.

taxas de lucro infundavelmente ascendentes, o que potencializa a exposição desses países a possíveis crises.

Para Kurz (1992) o colapso dos processos modernizadores, e sua impossibilidade prática nos países que não os completaram, assinalam a incapacidade do sistema produtor de mercadorias em adaptar-se eterna e indefinidamente às suas crises, que, também para ele, não mais apresentam uma dinâmica cíclica, mas sim permanente e final. Porém, desta vez a crise se dará do centro para a periferia do sistema, uma vez que o “Sul” e o “Leste” (países “ex-socialistas”) já se encontram em situação caótica, concordando com Mézàros a respeito da atual vulnerabilidade dos países “centrais”.

A recente deflagração de uma grave e “surpreendente” crise no sistema financeiro global em 2008 (mais precisamente em 15 de Setembro), a maior desde a quebra da bolsa de Nova York em 1929, desencadeando uma crise ainda fortemente presente na economia mundial, projetada a partir do “centro” do sistema (EUA), tem suscitado interpretações que remetem aos alertas que estes autores têm divulgado desde, pelo menos, o início dos anos 1990 (no caso de Mézàros, ainda antes). O próprio setor propulsor da crise, a bolha imobiliária estadunidense, agora massivamente denunciada e criticada, já era apontada de maneira bem específica por Kurz desde seu livro “O Colapso da Modernização” (1992, p. 201 - 205).

Para consolidar a estreita relação entre a crise da modernidade / pós-modernidade explorada por tantos autores, e a crise estrutural do capitalismo, explorada por outros tantos, Jameson parece ver na análise de Kurz o sentido geopolítico da atual crise da modernidade, ou do “capitalismo tardio”, já que a “modernização”, entendida como industrialização, construção de novas usinas, estabelecimento de novas produtividades, não é mais possível para aquelas áreas do globo (presentes também, e cada vez mais, no interior do “mundo desenvolvido”) que dela dependiam para que pudessem “dotar-se de uma infraestrutura variada que possibilitasse uma certa autonomia industrial” (2004, p. 100), já que o “capital internacional não mais esperará por eles” (Idem). Seus êxitos são “governados, entretanto, pelas taxas de lucro predominantes, elas mesmas engendradas e sintonizadas à indústria de alta tecnologia ou à pós-modernidade pós-industrial” (Idem).

Nem tem a tecnologia cibernética nenhum uso imediato para tais países em desenvolvimento, por razões tanto sociais quanto econômicas: ela não cria novos empregos nem riqueza social, ela não fornece, nem de maneira mínima, substituições de importações, quanto mais uma fonte básica nacional de necessidades comuns. Como diz Kurz ‘a lei da rentabilidade deve ser inexoravelmente, mais cedo ou mais tarde, se reafirmar, lei esta que especifica que só tem valor no mercado aquela produção que corresponda ao atual nível internacional de produção’. (JAMESON, 2004, p. 101)

Antes de buscar corroborar ou negar as teorias arrojadas aqui abordadas, o alerta objetivo que aqui se pretende é: passamos por uma crise de tal forma envolvente, e de tamanha magnitude, que há mesmo quem teorize consistentemente e convincentemente, ainda que de maneira sempre questionável, acerca do próprio fim do “sistema” enquanto tal. Diante das convergências aqui assinaladas entre os autores<sup>5</sup>, parece-me coerente o presságio melancólico de Bauman, quanto à perplexidade com a qual o problema da(s) crise(s) atualmente se nos coloca.

Talvez, e mais importante, hoje em dia tenhamos a tendência a sentir que o remédio patenteado e herdado do passado não funciona mais. Não importa a habilidade que possamos ter na arte de gerenciar crises, na verdade não sabemos como enfrentar esse problema. Talvez nos falem até mesmo as ferramentas para imaginar formas razoáveis de enfrentá-lo. (BAUMAN, 2005, p. 24).

<sup>5</sup> É proposital a negligência quanto às muitas divergências entre os mesmos autores, desimportantes neste contexto.

Vejam, portanto, algumas evidências da manifestação deste complexo contexto numa dimensão específica da modernidade ou de qualquer sociedade: a alimentação, com seus múltiplos aspectos – desde o comércio internacional e distribuição de renda, aos hábitos contemporâneos e as recentes inovações no campo alimentar, bem como na polêmica e extremamente poderosa indústria alimentícia – para assim desmistificar uma restrita e economicista concepção de “crise dos alimentos” divulgada e acatada pela mídia e governos nacionais do mundo todo em 2007 e 2008, e a ela contrapor uma concepção mais ampla e geográfica da “crise alimentar” como manifestação específica da já contemplada crise da modernidade e do próprio capitalismo.

### **3- A Questão Alimentar na Modernidade em Crise:**

A temática alimentar tem ganhado certa projeção enquanto tema essencial em diversos fóruns de discussão, envolvendo pesquisadores de diversas áreas, tanto aquelas mais ligadas aos aspectos nutricionais e biológicos da alimentação, como aquelas relacionadas aos aspectos culturais, históricos, políticos ou sociais. Assim como em relação à dualidade entre modernidade e pós-modernidade, aqui os geógrafos também apresentam um engajamento científico de pouca expressão, relativamente. Mas são muitas e muito dinâmicas as discussões que envolvem esta questão atualmente, a julgar inicialmente pela ampla atenção midiática e internacional que tem sido a ela direcionada. .

#### **3.1- A Assim Chamada “Crise dos Alimentos”:**

Nos últimos anos tende a ser amplamente discutida a chamada “crise dos alimentos”, fato que se relaciona a onda inflacionária que atingiu o setor alimentício na escala global, desde o início do ano de 2007 (sendo as primeiras evidências datadas do segundo semestre de 2006). A ampla visibilidade que esse fenômeno de ordem econômica adquire tem atraído a atenção de importante parcela da mídia nacional e internacional, bem como dos órgãos multilaterais - auto-encarregados de “zelar” pela segurança e harmonia do globo. De tal de maneira, a associação do termo “crise” com a temática alimentar é atualmente bastante corriqueira.

Iniciamos nossas indagações em meados de 2005, em pleno momento de relativa “prosperidade” econômica e estabilidade inflacionária mundial, anterior aos atuais e elevados preços alimentícios – já em queda novamente na atualidade. A “crise dos alimentos”, aludida na mídia de massa é de ordem eminentemente político-econômica, o que não significa ignorar sua expressão geográfica. Diz respeito às repercussões *econômicas* desencadeadas a partir da alta dos preços, como um olhar voltado, prioritariamente, não à qualidade dos alimentos (que pela terminologia estariam em crise), mas sim, ao preço que estes atingem nos mercados. Um olhar para crise que permite detectar (e desejar) vantagens e desvantagens (sempre circunscritos a grupos sociais distintos e restritos), às custas das consequências alimentares (obviamente sociais) que possam vir a causar – como por exemplo as controvertidas negociações internacionais em torno das commodities e seus subsídios, principal pilar dos preços alimentícios.

A inserção de questões de ordem qualitativa<sup>6</sup> no leque de preocupações deste olhar se faz, via de regra, apenas na medida exata em que possam ser mensuradas e convertidas em preço final. Diante de tais fatos, não são propriamente os alimentos que estão em crise, mas sim, o preço que atingem nos mercados nacionais e internacionais. Diferentemente de uma “crise dos alimentos”, trata-se, isto sim, de uma *crise do mercado alimentício* ou *crise do preço dos alimentos*, vinculada por sua vez a elementos de natureza

<sup>6</sup> Como a origem e o processamento dos alimentos; sua conservação; seus desdobramentos na questão ambiental, principalmente das comunidades pequenas e tradicionais; além de toda a herança cultural, de certa forma territorial, que o trato com o alimento sempre envolve, tanto para criar, preservar, ou destruir. Ou, como coloca o filósofo Peter Singer, os cinco princípios éticos presentes na escolha alimentar: transparência, equilíbrio, humanidade, responsabilidade social e necessidade (Folha de São Paulo, 03 de Dezembro de 2006, Caderno MAIS!, p. 04).



predominantemente econômica e (geo)política. Trata-se de uma crise *conjuntural*, que se extingue completamente a partir do momento em que os preços (ou o consumo), os lucros e a circulação do capital retomem seu estado “virtuoso”.

O que se pode depreender, a partir das análises econômicas tecidas ou divulgadas no jornal de maior circulação nacional (Como em SINGER, 2008), os principais fatores supostamente seriam: -a crise da “bolha hipotecária” nos EUA, devido a euforia excessiva do capital especulativo quanto ao mercado imobiliário nas bolsas de valores estadunidenses, desencadeando um processo de direcionamento de parcela significativa destes capitais ao mercado das *commodities* agrícolas (entre outros); -o aumento do consumo interno e da demanda por alimentos dos países ditos “em desenvolvimento” (especialmente Brasil, Rússia, Índia e China<sup>7</sup>), devido as transformações nos hábitos alimentares de suas populações de classe média ascendente, o que acaba por pressionar os preços dos alimentos para cima, estimulando mais uma revitalização da já tão desgastada falácia neomalthusiana, em nova roupagem; e a alta dos preços do petróleo, produto básico na regulação da economia mundial, cujas turbulências acabam ressonando direta ou indiretamente em praticamente todos os setores da economia (encarecendo por exemplo o transporte e todos os derivados do petróleo utilizados na produção de alimentos). A especulação em torno dos alimentos, o esgotamento dos recursos naturais, a redução vertiginosa dos estoques nacionais de grãos, e a expansão das plantações destinadas aos biocombustíveis também serviram como argumentos polêmicos e muito utilizados. Para outros poucos a “crise” nada mais seria que uma recuperação da longa fase de baixa, na qual estes mesmos preços encontravam-se havia anos. Assim se expressavam Dogliot e Montagut no livro *Alimentos Globalizados* lançado em Março de 2006: “Em las últimas décadas hemos assistido a una verdadera caída vertical de los precios de los productos internacionales y no hay señales de recuperación en los próximos años” (DOGLIOT, F. MONTAGUT, X., 2006, p. 22)

Anteriormente aos atuais alardes em torno da “crise financeira global” deflagrada a partir da “bolha imobiliária” estadunidense em Setembro de 2008, era a anunciada “crise dos alimentos” que atraía os alertas internacionais e os presságios mais pessimistas<sup>8</sup>. A relativa calma inflacionária, na qual a economia mundial ingressou o novo milênio foi fortemente abalada, pela primeira vez, devido à alta dos alimentos e do petróleo, especialmente nos países pobres e “emergentes”, nos quais a inflação dos alimentos chegou a contribuir com até 75% da taxa geral<sup>9</sup>. No Brasil a cesta básica aumentou entre 15% e 52%, dependendo da Unidade Federativa, entre meados de 2007 e 2008 (prazo de 12 meses)<sup>10</sup>, e o governo estudou intervenções, como o corte nas tarifas de importação dos alimentos, para estimular a concorrência, pressionando para baixo os preços gerais, engendrando uma óbvia e acirrada polêmica com as entidades representantes de agricultores<sup>11</sup>. Muitos outros governos de países “emergentes” adotaram intervenções tidas como “drásticas”, como Indonésia, Argentina, Índia, entre outros, que barraram suas exportações de alimentos para segurar os preços internos<sup>12</sup>. Segundo os representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) anunciavam na época, tratava-se de uma crise global, que geraria conflitos sociais diversos ao redor do globo e engrossaria as fileiras mundiais da fome em cerca de 100 milhões de

<sup>7</sup> O chamado “BRIC”, devido às letras iniciais desses países, que tem se destacado, nas análises mais correntes nos meios informativos para o “grande público”, como os 4 principais países “emergentes” do atual cenário geopolítico mundial.

<sup>8</sup> A “crise energética”, referente aos preços do petróleo, também se destacava, mas de maneira mais discreta talvez por ser mais “batida”, neste contexto ainda antes.

<sup>9</sup> In: *Folha de São Paulo*, 18 de Outubro de 2007. Dinheiro, p. B6.

<sup>10</sup> In: *Folha de São Paulo*, 02 de Julho de 2008, p. B1.

<sup>11</sup> In: *Folha de São Paulo*, 02 de Setembro de 2007. p. B1.

<sup>12</sup> In: *Folha de São Paulo*, 16 de Abril de 2008, p. B10.

pessoas, levando à situação de calamidade 37 países<sup>13</sup>. Até mesmo uma assim denominada “Cúpula da Fome” foi convocada pela ONU em Abril de 2008, na Suíça, no intuito de formular ações integradas no sentido de superar a crise – e foi reconhecidamente fracassada em seu objetivo<sup>14</sup>. De fato conflitos e protestos quanto ao aumento dos preços foram observados em 14 nações, nenhuma delas considerada desenvolvida<sup>15</sup>. Em meio a tantas interpretações díspares e propostas idem, o tom de assombro e a crença na longevidade da crise, ou da alta dos preços, parecem permear as análises como um lugar-comum entre todas elas, pelo menos as mais aceitas na grande mídia.

No entanto, o “desaparecimento” desta crise da agenda internacional se deu de maneira ainda mais repentina que sua aparição, uma vez que uma nova onda de queda nos preços alimentícios sucedeu àquela, e a atual crise financeira explodiu em meados de 2008, desviando automaticamente o foco das atenções para a “bolha imobiliária” estadunidense. Assim, todos os prognósticos e interpretações alarmantes, cujos pressupostos mostraram-se, ao menos em grande parte, equivocados, foram “deixados de lado”, sem a correspondente reflexão a respeito das razões e especificidades de tais equívocos. Tarefa esta à qual podemos contribuir com alguns apontamentos e questionamentos, especialmente no tocante à argumentação muito corrente segundo a qual haveria muitas pessoas ascendendo à classe média em países “emergentes”, aumentando sobremaneira a demanda global por alimentos. Assim, os preços baixos anteriores seriam impossíveis diante de tantos estômagos (*humanos*) alimentando-se “bem”. Trata-se de uma nítida versão “pós-moderna” da crença malthusiana segundo a qual a fome seria causada pelo excesso de pessoas a alimentar-se.

Esta tese encontra-se equivocada na própria maneira como interpreta a relação contraditória entre preço e disponibilidade de bens, que Kurz esclarece mais coerentemente neste longo trecho de dois parágrafos, aqui reproduzidos na íntegra devido à sua completude:

Os preços devem, segundo o raciocínio econômico mais comum, indicar a escassez relativa de bens. Mas o conceito de relatividade tem que ser interpretado num sentido extremamente amplo, muito além de seu horizonte lógico, para abranger fenômenos tão estranhos quanto a destruição de enormes quantidades de alimentos, a paralisação de recursos humanos e materiais em grande escala (aniquilação de capital, desemprego em massa) a destruição, seguida da reconstrução provisória e dispendiosa, de fundamentos naturais, bem como o desperdício de recursos em produções que trazem em si sua própria finalidade, não resultando delas nenhum valor de uso individual ou social. Evidentemente não se refere essa escassez, de modo algum, nem relativa nem absolutamente, ou então apenas em casos excepcionais (por exemplo, quando se trata de determinados metais objetivamente raros, etc.), a recursos naturais, material-sensíveis ou humanos.

Contudo, não se trata aqui de uma produção de valores de uso, mas sim do automovimento tautológico e fetichista do dinheiro; é dessa forma que os preços devem expressar a escassez ominosa dos valores de uso. Não é apenas a escassez no plano material que entra em jogo aqui: podemos verificar um enorme desperdício e uma dilapidação grotesca e socialmente nociva também no Ocidente. Entra também em jogo a escassez relativa do poder aquisitivo social, cujas raízes encontram-se na escassez relativa da exploração lucrativa da força de trabalho. No mesmo grau em que mais ou menos trabalho vivo pode ser usado de forma lucrativa, resulta relativamente mais ou menos capacidade aquisitiva social em forma de salário e lucro. Para os ramos de produção e as empresas individuais, essa conexão aparece como limite de sua lucratividade, isto é, de sua capacidade de atrair, com despesas de produção dadas, poder aquisitivo social o bastante para que os preços realizáveis contenham um lucro suficiente. *A capacidade de produção e distribuição não está, portanto, nem um pouco limitada pela falta relativa de recursos naturais, sensíveis, mas unicamente pelo fetichismo do capital e pelas leis que regem seu movimento. E*

<sup>13</sup>In: *Folha de São Paulo*, 26 de Abril de 2008, p. B10.

<sup>14</sup>In: *Folha de São Paulo*, 06 de Junho de 2008, p. B1.

<sup>15</sup>In: *Folha de São Paulo*, 19 de Abril de 2008, Dinheiro, p. B3.

*somente nesse sentido os preços indicam aquela escassez relativa.* (KURZ, 1992, p. 97, grifos meus).

Sendo assim, a crença em um atual “excedente populacional” como dilema alimentar moderno mostra-se mais próxima de uma metáfora ilusória do que de um conceito coerente de fato com o real empírico, ainda mais se observarmos que “os lugares nos quais se espera que a ‘bomba populacional’ [países como Índia, Brasil e diversos da África sub-saariana] venha a explodir são, em muitos casos, partes do planeta em que a população, hoje, é menos densa” (BAUMAN, 2005, p. 57). Para este autor, o termo “superpopulação” é:

[...] uma ficção atuarial: um codinome para a aparição de um número de pessoas que, em vez de ajudarem a economia a funcionar com tranquilidade, tornam muito mais difícil a obtenção, para não falar na elevação, dos índices pelos quais se mede e avalia o funcionamento adequado. A quantidade desses indivíduos parece crescer de maneira incontrolável, aumentando a quantidade de despesas, mas não os ganhos. (BAUMAN, 2005, p. 52-53).

Para além da mistificação malthusiana, há também, de maneira muito significativa, a completa ausência de considerações que levem em conta o alto grau de monopolização ao qual é submetido o mercado alimentício global - fato intimamente relacionado à escassez dos estoques - imerso no controle exercido por algumas poucas empresas ou corporações, entre 20 e 50, não mais, das quais, curiosamente, a grande maioria é bem pouco conhecida do “grande público” (DOGLIOT, F. MONTAGUT, X., 2006, p. 29-39). São estes alguns importantes aspectos da dinâmica presente na crise dos preços alimentícios completamente ignorados pelos seus principais difusores enquanto “crise dos alimentos”, que se mostra também um termo inapropriado por reduzir à lógica monetária uma crise de proporções muito mais complexas, e que extravasa imensamente o domínio mercadológico, penetrando mesmo nas mais sensíveis esferas da vida social e individual, como veremos, de maneira meramente contemplativa, no item a seguir.

### **3.2- A Crise Alimentar-Moderna:**

A *crise alimentar* cuja manifestação instiga as análises tecidas no corpo deste trabalho, possui uma dimensão mais ampla e também mais discreta (em termos teóricos, mais abstrata), sendo que a crise dos preços dos alimentos pode ser considerada como parte integrante desta. Isto porque não é somente o preço dos alimentos que determina os contornos da referida crise, mas também, sua qualidade, a rede de relações (não só econômicas) na qual se insere, os aspectos e transformações culturais que carregam consigo, as sociabilidades intrínsecas às diferentes formas de comer, a sua inserção na questão agrária, grau de monopolização de certos produtos, as relações que mantêm as formas de alimentação com a intensificação de patologias psíquicas hoje comuns como estresse e depressão, entre outros. Insere-se na crise de “civilização”, ou, mais especificamente, da modernidade, em geral, o que certamente inclui o modo de produção nela vigente, conforme ressaltado. Enquanto crise *estrutural*, não se resolve simplesmente com “correções” feitas para o bem da economia, pois não vincula-se mais a ela que a outros aspectos da sociabilidade moderna. Além de ser, mais que causa de um “mau funcionamento” da economia mundial ou nacional, parte integrante da sua própria lógica funcional.

Em termos geográficos a situação descrita instiga a análise em várias instâncias, a começar pela complexa geopolítica dos preços alimentícios, inserida no contexto da nova (des)ordem mundial, analisada no item anterior, ou as suas expressões na *questão agrária* e no meio rural em geral. Destaca-se elementos (relações e processos) geográficos importantes, como: as diferentes expressões e espacialidades da fome, múltipla e diferencial; a deterioração de muitos aspectos na qualidade alimentar, gerada por hábitos cada vez mais desconectados com as demandas biológicas e sociais, reforçando a evidência de uma crise; a aparente constatação de “êxitos” no combate à fome no mundo e no Brasil, e as práticas de

combatê-la<sup>16</sup>; as localizações e distribuições espaciais destes fenômenos, os principais contornos e a inserção deste quadro na totalidade expressa na *crise da modernidade*, com as preocupações para nós geógrafos que daí decorrem.

Muitos são os aspectos e dimensões nas quais manifesta-se a agudização dos conflitos e das contradições que produzem o mundo moderno (e são por ele produzidas), e muito se tem escrito sobre as mesmas. Destaca-se a dimensão alimentar da crise neste estudo, expressa tanto na magreza associada à escassez, quanto na obesidade associada à abundância. Vai além, pois há também a magreza desejada compulsivamente e completamente nociva à saúde cultivada por tantas garotas e garotos<sup>17</sup> das classes médias e altas, inspirados nos padrões hegemônicos na indústria da moda, bem como, famintos pobres cujo corpo aparenta fatura devido à obesidade, causada pelo excesso de carboidratos e falta de proteínas e outros nutrientes essenciais<sup>18</sup>, situações que também configuram estado de *fome*.

A questão alimentar hoje adquire uma roupagem bastante diversa daquela presenciada e dissecada por Josué de Castro (1953), razão pela qual faz-se necessária a revisão de sua obra à luz de nossos dias. Os hábitos alimentares contemporâneos favorecem o aparecimento de diferentes deficiências alimentares que se fazem presentes em grupos sociais muito diversificados, tanto das classes populares como daquelas mais abastadas. Assim versa Bleil a este respeito:

Percebe-se que a fome hoje é resultante não somente da pouca disponibilidade alimentar para os grupos de baixa renda, mas também da redução da qualidade dos alimentos, excessivamente industrializados. Isto evidencia-se na anemia e na obesidade como grandes problemas de saúde pública, atingindo a todos os estratos sociais. (BLEIL, 1998, p. 1.)

Assim, é possível verificar no(s) espaço(s) as inúmeras formas que este fenômeno assume tanto quantitativa quanto qualitativamente. Entendida de maneira ampla (melhor seria dizer *as fomes*), torna-se eixo fundamental para a compreensão da questão alimentar. Está presente não apenas junto aos que não dispõem de renda suficiente para suprir-se de alimento satisfatoriamente, mas também junto àqueles cuja renda permite uma alimentação farta, porém, precária em termos nutricionais. Eis um dos elementos fundamentais a serem considerados no processo de atualização do debate.

Os atuais padrões de beleza apreçados pela moda na indústria cultural provavelmente induzem a alimentações frágeis uma parcela enorme de adolescentes e jovens da classe média, ávidos por músculos e traços finos, mesmo em detrimento de sua alimentação saudável. Ou seja, a preocupação que contagia subjetivamente os desejos de milhões de brasileiros, voltada para as formas e aparências externas desconsiderando muitas vezes necessidades fisiológicas inerentes a cada um com suas demandas protéicas, pouco ou nada valorizam o conteúdo em função da aparência e da forma, indiferentemente ao que isso pode vir a acarretar posteriormente. Pessoas, geralmente jovens, com aparências saudáveis e saúdes aparentes, no sentido de que as curvas, músculos e traços finos são muitas vezes ancorados em alimentações distorcidas<sup>19</sup> e suplementos, ou anabolizantes nada saudáveis.

<sup>16</sup> Incorporadas no Brasil principalmente no Programa Fome Zero e Bolsa Família

<sup>17</sup> Pode surpreender a verificação estatística de pesquisas indicando que as incidências de anorexia e bulimia tem crescido mais entre meninos que entre meninas.

<sup>18</sup> O fenômeno da obesidade crescente entre as classes de base da pirâmide social, devido à má alimentação, excessivamente gordurosa e açucarada, ainda apresenta-se discreto no Brasil, fonte de discórdias, mas é fato consolidado nos EUA, conforme constatam Salama e Destremeau (1999). Alguns estudos recentes têm afirmado a aparição de fenômeno, ou pelo menos uma tendência, semelhante no Brasil, como o notório documentário de 2008, do diretor José Padilha, *Garapa*.

<sup>19</sup> Haja vista, por exemplo, os casos cada vez mais recorrentes de anorexia e bulimia que atinge geralmente meninas modelos ou aspirantes a tal, que não é apenas uma patologia à qual se é vulnerável, mas é muitas vezes também algo preferível, um desejo pelo qual se criam grupos de identidade (inclusive, e talvez principalmente, virtuais)!

Para Bauman, em *Vidas Líquidas* (2005b), a gordura se tornou atualmente um dos grandes gritos de guerra na “guerra cultural do novo século”. Segundo ele, olhando principalmente para o mundo “desenvolvido”, “A ascensão da 'questão da gordura' segue de perto, e previsivelmente, a promoção do corpo do consumidor à posição de alvo central do marketing, e dos cuidados com o corpo ao status de principal ponto de venda das mercadorias de consumo” (BAUMAN, 2005b, p. 129-130). A contraditória dinâmica que move o consumo exacerbado na sociedade moderna é expressa na curiosa constatação que o autor explicita, na qual a lista de livros mais vendidos dos EUA contenham, invariavelmente, sempre dois tipos de publicações, entre outros variáveis, “[...] obras de culinária que oferecem receitas de pratos cada vez mais refinados, deliciosos e sedutores, e manuais de dieta prometendo regimes cada vez mais infalíveis para produzir corpos livres de gordura, esbeltos e graciosos”. (Idem, p. 118).

A fome hoje não está apenas aglomerada, mas também espalhada espacialmente, e se manifesta em múltiplas territorialidades, de naturezas diversas. É significativo, por exemplo, que nos países desenvolvidos as famílias mais pobres – englobando cerca de 30 milhões de pessoas sob “salários de fome” nos EUA (Kurz, 2006, s.p) – embora também sintam os efeitos colaterais da economia de mercado em crise diretamente em sua alimentação diária, ou na falta desta, tenham como sérios problemas com a obesidade, que é “[...] consequência do impulso *fast-food*, da cozinha industrial, da publicidade na televisão e, sobretudo, uma coisa acompanhando a outra, da tendência à generalização de regimes alimentares nocivos, por não serem equilibrados” (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 17). Há fome entre as classes privilegiadas, enquanto alimentações desequilibradas (que não é precisamente fome) entre os mais pobres, quantidades de alimentos (e de desperdício) cada vez maiores e qualidades cada vez menores. A realidade geográfica da fome é atualmente plural, complexa e extremamente contraditória, manifestando-se em variadas instâncias. A Geografia da fome que intentamos não pode prescindir de especificação, tampouco pode confundir fome com pobreza, ou falta de dinheiro, ou mesmo qualquer fator isolado.

Enquanto a fome epidêmica mantém-se como exclusividade reservada aos pobres, a endêmica alastrou-se juntamente com as técnicas por todo o espaço urbano, com o acréscimo de ter alcançado também todas as classes, remetendo à tendência autodestrutiva do atual sistema de tomada de decisões ressaltada por alguns autores. O forte componente cultural contido nessas “novas” manifestações da fome e de outras deficiências alimentares, provavelmente é suficiente para denominá-las sob um ou vários conceitos diferentes de fome endêmica. A lógica cultural do capitalismo tardio, conforme analisada e designada por Jameson (como o pós-modernismo) (2004), seria um fator de grande relevância nos estudos de problemas como estes, já que é dotada de todo um arsenal teórico conceitual específico e apto a contradições desta natureza<sup>20</sup> (como esquizofrenia, fragmentação e segmentarização, simulacro, entre outros).

Se é verdade, como alegava Josué de Castro nos anos 1940 e 50, que o Brasil, apesar de ter aumentado a produção quantitativa de alimentos, viu ao mesmo tempo uma depreciação qualitativa, com teores protéicos cada vez mais baixos, é muito provável que a situação atualmente tenha se agravado. Para Chonchol (1985, p.66 et. seq.) a crescente prioridade à agricultura de exportação, em detrimento da alimentar, e o emprego de técnicas na produção de alimentos, não raro duvidosas do ponto de vista ecológico e nutricional têm implicações diretas na alimentação humana, e não apenas na das classes populares.

Conclusões mais audaciosas exigiriam uma investigação específica, mas podemos desde já inferir que o avanço da indústria alimentícia sobre a vida cotidiana da maioria dos lares brasileiros, principalmente os de renda mais baixa, deve ser olhada com

<sup>20</sup> As contradições que, de maneira bem peculiar em comparação aos outros sistemas de dominação não-capitalistas, são engendrados e sentidos pela lógica própria das elites.

bastante cautela e desconfiança no tocante às pesquisas nutricionais patrocinadas por esta indústria, cujos resultados são freqüentemente deturpados em favor dos patrocinadores, conforme alertou recentemente um grupo de médicos estadunidenses (Folha de São Paulo, 09/01/2007).

#### **4- Considerações Não-Finais**

Se, conforme pudemos constatar ao longo deste texto, vivemos uma crise muito mais profunda do que a atual “crise financeira global”, ou “crise dos alimentos”, tão largamente anunciadas, e por si só bastante significativa, é evidente que sua complexidade não pode ser apreendida de maneira completa, ao menos no corpo de um mero artigo científico. O que legamos de importante a partir das considerações tecidas nas páginas precedentes é justamente o alerta para a dinamicidade presente na mesma, de maneira a penetrar de maneira reticular em diversas esferas, mesmo as mais inimagináveis, do espaço geográfico, qualquer que seja a acepção adotada do mesmo, o que acaba complexificando e multiplicando as conexões entre fenômenos aparentemente distintos, ou distantes.

Neste amplo cenário, a questão alimentar, embora venha adquirindo notoriedade ascendente, tem sido timidamente abordada pelos geógrafos, que dificilmente a colocam no centro de suas análises, muito embora possa aparecer frequentemente de maneira anexa.

Se pouco foi explorado aqui no tocante aos conceitos essenciais à geografia, é porque podemos por enquanto, mais do que apontar as complexas expressões espaciais que o contexto exposto engendra, apontar a necessidade de engajarmo-nos, não só cientificamente, nos seus desvendamentos, possibilidades interpretativas e práticas, recuperando assim a rica contribuição deixada por Josué de Castro. Fica o aprofundamento desta tarefa aberta a contribuições tecidas em trabalhos futuros.

#### **Bibliografia**

- A dieta Moral. In: *Folha de São Paulo*, 03 de Dezembro de 2006, Caderno Mais!, p. 04-06.
- Alta nos Alimentos Já é Crise Global, diz a ONU. In: *Folha de São Paulo*, 26 de Abril de 2008, p. B10.
- ALLIEZ, E. GUATTARI, F. Pós-fálio: O Capital no fim das contas. In: ALLIEZ, E. FEHER, M. GILLE, D. STENGERS, I. *Contra-Tempo, ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro – RJ: Forense-Universitária, 1988, p. 237 – 260.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2005b.
- BENKO, G. A Pós-Modernidade e o Geógrafo. In: *Revista GEOUSP*, Número 06, s/d, p. 95 – 104.
- BERMAN, M. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 1990.
- BLEIL, Susana Inez. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. In: *Cadernos de Debate*, Vol. VI, 1998.
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- \_\_\_\_\_. *Geografia da Fome*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1953.
- Cesta Básica tem Aumento de até 52% em 12 meses. In: *Folha de São Paulo*, 02 de Julho de 2008, p. B1.
- CHONCHOL, J. O Modelo de Alimentação dos Países Industrializados. In: MINAYO, M. C. (Org.) *Raízes da Fome*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. p. 94 – 103.
- CLASTRES, P. Do Etnocídio. In: \_\_\_\_\_. *Arqueologia da Violência*. São Paulo – SP: Brasiliense. s/d p. 52 – 62.
- Cúpula da Fome Nada Propõe contra situação Dramática. In: *Folha de São Paulo*, 06 de Junho de 2008, p. B1.

- DOGLIOT, F. MONTAGUT, X. *Alimentos Globalizados*, soberania alimentaria y comercio justo. Prólogo de Paul Nicholson. Barcelona – Espanha: Icaria Editorial, 2006.
- FMI Vê Mais Conflito Por Alimento. In: *Folha de São Paulo*, 19 de Abril de 2008, Dinheiro, p. B3.
- GOMES, P.C. Da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil, 1996.
- Governo estuda cortar tarifa de alimento. In: *Folha de São Paulo*, 02 de Setembro de 2007. p. B1.
- HAESBAERT, R. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. In: *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 17-49.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo – SP: Edições Loyola. 13a edição, fevereiro de 2004 (1992).
- Inflação dos alimentos volta a ser ameaça para países emergentes, diz organismo. In: *Folha de São Paulo*, 18 de Outubro de 2007. Dinheiro, p. B6.
- JAMESON, F. *Espaço e Imagem*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.
- KURZ, R. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Fome em Abundância*. Retirado de: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz84.htm> acessado no dia 01/01/2006.
- \_\_\_\_\_. Dinheiro queimado. In: *Folha de São Paulo*, 28 de Setembro de 2008, Caderno Mais!, p. 06.
- LEFEBVRE, H. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo – SP: Ed. Ática. 1991 (1969).
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo – SP: Boitempo Editorial, 2002.
- Países barram exportações de alimento para segurar preço. In: *Folha de São Paulo*, 16 de Abril de 2008, p. B10.
- RICUPERO, R. A Falácia do Preço do Alimentos. In: *Folha de São Paulo*, 08 de Junho de 2008, Dinheiro, p. B2.
- SALAMA, P. DESTREMAU, B. *O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- Século 21 Será de “Penúria Alimentar”: economista Bruno Parmentier diz que é preciso uma revolução para reverter crise mundial que eleva preço dos produtos. In: *Folha de São Paulo*. 27 de Abril, p. B5.
- SINGER, P. O Futuro Chegou: crise alimentar e energética. In: *Folha de São Paulo*, 30 de Maio de 2008, p. A3.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 1993.
- Setor Alimentício Distorce Estudos. In: *Folha de São Paulo*, 09 de jan. de 2007, Folha Ciência, p. A10.
- SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia, contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo – SP: Editora UNESP, 2004
- WALDMAN, M. Tempo, Modernidade e Natureza. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Número 16. Presidente Prudente – SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Setembro de 1994, p. 24 – 73.
- WOODS, E. M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2001.